

## **A Produção da paz na cidade do Rio de Janeiro**

### **The production of peace in the city of Rio de Janeiro**

---

Iara de Salvo Rocha; Rosa Pedro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

#### **RESUMO:**

Este artigo pretende apresentar algumas controvérsias e deslocamentos que se produzem no âmbito das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) – atual política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Fruto de uma dissertação de mestrado onde estes embates foram mapeados, neste trabalho o foco recai principalmente sobre as estratégias que têm permitido a estabilização da política e sua ampla aceitação tanto nas comunidades pacificadas quanto na população carioca em geral. A partir da exposição dessas estratégias, problematizamos o conceito da paz tomando como base alguns relatos de gestores, policiais e moradores da comunidade Santa Marta. As discussões empreendidas nos permitem pensar no que as UPP's estão produzindo em termos de urbanidade e de tecnologias de segurança e controle.

**Palavras-chave:** Segurança; Unidade de Polícia Pacificadora, novos arranjos urbanos.

---

#### **ABSTRACT**

This article presents some controversies and displacements that occur within the Pacification Police Units (UPP's) - current policy of public security of the State of Rio de Janeiro. Fruit of a master degree dissertation where these battles were mapped, in this work the focus is mainly on the strategies that have allowed the politics' stabilization and its wide acceptance in both communities pacified and in Rio de Janeiro' population in general. Through the exposure of these strategies, we discuss the concept of peace building on some reports of managers, police and community residents Santa Marta. The discussions undertaken allow us to think about what the UPP's are producing in terms of urbanity and security and control technologies.

**Key-words:** Security; Police Unit Pacification; new urban arrangements.

---

### **1. Introdução**

Desde a década de 1970, o Rio de Janeiro vem atravessando uma situação peculiar. O momento histórico remete à ditadura militar, quando, em decorrência da Lei de Segurança Nacional, presos políticos e comuns foram encarcerados em celas

conjuntas, dando origem à primeira facção criminosa do Rio de Janeiro – o Comando Vermelho.

Inicialmente uma organização de orientação política, o Comando Vermelho foi pouco a pouco se transformando em uma facção associada ao tráfico de drogas, atividade que se tornou especialmente lucrativa nessa época em decorrência do aumento da oferta e demanda de cocaína (LEEDS, 2006).

Cada vez mais especializados no comércio ilegal de drogas, os traficantes formaram redes de intermediários e se armaram pesadamente para garantir o domínio das favelas. Nestas redes do tráfico, fazia-se notável o envolvimento de policiais e outros agentes públicos e privados, que atuavam principalmente extorquindo os traficantes, segundo Zaluar (2006).

Aos poucos foram surgindo outras facções. Atualmente são quatro, incluindo, além do Comando Vermelho, a ADA (Amigos dos Amigos), o Terceiro Comando e, mais recentemente, o Terceiro Comando Puro, resultado de uma dissidência do último. Os combates empreendidos entre as diferentes facções pela disputa de territórios, e entre estas e a polícia, imprimiram na cidade do Rio de Janeiro a marca da violência e da guerra, fazendo com que a “cidade maravilhosa” ganhasse a alcunha de “cidade perigosa” (ALVITO e ZALUAR, 2006; JAGUARIBE, 2011).

À existência de facções criminosas, tráfico de drogas e corrupção, somam-se ainda um histórico de políticas públicas imediatistas e clientelistas, o crescimento considerável da população favelada – acentuado pelas altas taxas de migração – e a ocupação desordenada das favelas. Estes fatores contribuem de forma notável para a produção de uma dinâmica complexa no Rio de Janeiro, em que não se deve considerar o tráfico de drogas e a violência isoladamente.

Nessa dinâmica, é perceptível o aumento das taxas de criminalidade violenta (ZALUAR, 2006), a diluição das fronteiras entre atividades policiais e atividades criminosas (LEEDS, 2006), a marginalização dos moradores de favelas (ALVITO e ZALUAR, 2006) e, finalmente, o atrelamento do que Tereza Caldeira chamou de “fala do crime” ao que podemos chamar de fala da cidade (CALDEIRA, 2000).

De acordo com esta autora, a fala do crime é composta por “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (CALDEIRA, 2000: 27). Ela tem o objetivo de organizar as experiências de violência que vêm sendo cada vez mais corriqueiras nas grandes cidades, mas na medida em que a fala do crime e o próprio crime proliferam, a cidade é

inundada com sentimentos de medo, risco e perigo. Dado que a organização desses sentimentos é realizada por categorias simplistas, ainda que as experiências sejam reconhecidas, as favelas passam, nessa conjuntura, a ser generalizadamente responsabilizadas pela violência da cidade.

As tentativas de dar uma solução ao problema foram sempre equivocadas ou imediatistas, lenientes demais ou repressivas em excesso, o que era agravado pelas práticas de corrupção de agentes do Estado, que muitas vezes se associaram ao tráfico por meio de atos de extorsão. (ZALUAR, 2006).

Mas a imagem do Rio como um lugar perigoso começa a se tornar desfavorável, seja pela pressão da população por redução nos índices de violência, do comércio por mais segurança, ou pelo fato de que o turismo é, na atual conjuntura neoliberal, uma das atividades que movimenta economicamente a cidade. Além disso, a partir do momento em que o problema das favelas ganha destaque a nível mundial, o país começa a ser pressionado por agências internacionais, como o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), para a produção de soluções eficazes que integrem uma dimensão socioambiental às ações de segurança pública (SOUZA e COMPANS, 2010). A situação se torna ainda mais insustentável quando a cidade do Rio é escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e alguns dos jogos da Copa do Mundo de 2014, voltando para si os olhares internacionais.

É a partir daí que surgem as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), uma nova tecnologia de controle urbano e populacional que engloba e atualiza aquelas que já vinham sendo desenvolvidas no Rio de Janeiro desde o século início do século XX, a exemplo da reforma Pereira Passos (1902-1906) e das políticas higienistas, com o objetivo de disciplinar e apartar para as periferias o que se considerava como "classes perigosas": os negros e mestiços, os desempregados e os subempregados, os migrantes, e todos aqueles que, marcados pela pobreza, são historicamente responsabilizados pela criminalidade e violência nos centros urbanos (COIMBRA, 2001).

As UPP's são uma proposta da Secretaria de Segurança do Estado que consiste na instalação de unidades de polícia dentro das principais comunidades ocupadas por facções criminosas ou milícias, buscando a retomada desses territórios para o estabelecimento da "paz", através da ideia de Polícia de Proximidade.

O projeto foi implementado em dezembro de 2008, e atualmente já se somam 20 UPP's instaladas principalmente nas favelas da Zona Sul e Zona Norte da cidade, abrangendo mais de 55 comunidades. Além dessas ocupações, temos ainda aquelas da

Vila Cruzeiro e Morro do Alemão, ocorridas em novembro de 2010, e atualmente ocupadas pelas “forças da paz”, do Exército Brasileiro.

Aliada à entrada das UPP's nas comunidades está, ainda, a inserção de outras políticas sociais e de segurança nas favelas. Assim, projetos de competência da Secretaria de Assistência Social passam a estar vinculados ao das UPP's, de segurança, no que recentemente se convencionou chamar de UPP Social. Além do provimento de serviços básicos como esgoto, água, luz e coleta de lixo, também programas de inclusão digital, instalação de câmeras de segurança, dentre outros, são exemplos do que as comunidades ocupadas pela polícia passaram a ter. De acordo com o *site* oficial das UPP's – o UPP Repórter<sup>1</sup> –, acredita-se que a ocupação e recuperação das favelas pela polícia, aliada a tais políticas sociais que surgem *a posteriori* acabam por levar a paz a estas comunidades.

Mas, apesar de todo esse aparato mobilizado na produção da política, o que podemos ver é que ainda não há um consenso a respeito das UPP's. Ao invés disso, agenciamentos, resistências e deslocamentos e controvérsias podem ser observados desde a gênese da política e cada nova ocupação, onde se evidenciam controvérsias e embates característicos de uma realidade ainda em processo de construção<sup>2</sup>.

A nova política de segurança tampouco é única e estável. Ao contrário, diversas são as formas de resistência empreendidas em relação às novas práticas de controle e vigilância exercidas nas favelas, provocando a constante reformulação do projeto de pacificação. Tais reformulações evidenciam uma mudança na forma como se pensa a segurança atualmente – não mais pautada unicamente em preceitos disciplinares de confinamento e disciplinarização, mas agora direcionada ao controle a céu aberto, à otimização dos fluxos e da circulação, à gestão dos riscos e da vida (FOUCAULT, 2008a).

Assim, o que a UPP busca é inserir uma população, antes marcada por sua situação em “espaços de criminalidade”, em circuitos de inclusão, onde as estratégias de controle possam se fazer presentes (ROSE, 2000). Entretanto, as iniciativas nesse sentido, que em última instância procuram integrar a favela à cidade, podem produzir um afastamento ainda maior entre esses polos, já que a produção de circuitos de inclusão não ocorre sem deslocamentos e desvios que contribuem para a produção de novos circuitos de exclusão.

## **2. Política fluida: os deslocamentos e reformulações das UPP's**

Desde o princípio da implantação das UPP's, incertezas e oposições foram expostas de diversas formas e pelos diversos atores envolvidos na política. Mapear esses focos de resistência é de suma importância para que possamos compreender o modo como o projeto das UPP's foi sendo constituído, bem como as alterações, deslocamentos, agenciamentos e conexões que contribuem para a produção da política. São também essas controvérsias que nos fornecem pistas das realidades que vêm sendo constituídas a partir das UPP's, uma vez que em meio a esses embates, a estabilidade das redes já instituídas e das que estamos tecendo é problematizada segundo interesses diversos, mobilizando novos agentes e tornando outros obsoletos, possibilitando o surgimento de outras configurações que buscam dar conta dos modos de vida que a cada dia se modificam e se complexificam. (LATOURET, 2005)

Tendo isso em vista, buscamos justamente seguir as controvérsias que se articulam em torno das UPP's, objetivando compreender que realidades estão sendo presentificadas pela política e que efeitos ela vem produzindo para os moradores de uma favela pacificada – a Santa Marta – e para a cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, foram realizadas entrevistas com três gestores, dois policiais atuantes na Santa Marta e cinco moradores dessa comunidade, além da utilização de reportagens publicadas na mídia de massa, especialmente no jornal *O Globo*.

O método de pesquisa utilizado foi o da Cartografia de Controvérsias, que nos permite seguir os atores de uma rede em processo de construção, verificando o que determinada realidade se torna em suas mãos (LATOURET, 2005). Nesse sentido, a ideia de performatividade, teorizada por Mol (2008), foi essencial para esta pesquisa, uma vez que aponta para uma ideia de realidade que não é definida *a priori*, mas está sempre em processo de constituição – uma contínua modulação da qual participam os mais diversos atores de uma rede.

Com isso, concordamos também com Law (1992), que afirma que a constituição de uma rede é sempre um processo em que, da mesma forma que existem momentos de estabilidade, pode também enfrentar resistências que a desestabilizem, tragam abaixo todas as suas conexões e a obriguem a se reformular. Nesse sentido, entendemos que os movimentos de enfrentamento não atuam apenas no sentido da estagnação de uma rede em processo de constituição. De outro modo, os movimentos realizados para reordenar a rede a partir dessas oposições revelam a potência mobilizadora e de criação de novos mundos que pode ser apreendida das resistências.

Em nossa pesquisa, pudemos mapear resistências oferecidas por traficantes, moradores e também por policiais das áreas onde foram implantadas as UPP's. Estas ocorreram principalmente nas primeiras ocupações, quando o projeto de pacificação ainda pouco diferia das operações antes realizadas nestes locais, de foco predominantemente repressivo. Isso porque a fase inicial do processo de pacificação é realizada pelo BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), que além de ser marcado pelo caráter repressivo de atuação, tem a função de preparar aqueles territórios, realizando buscas, apreensões e cumprimento de mandados, para o recebimento dos efetivos das UPP's, composto por policiais recém-formados.

De qualquer modo, desde a ocupação do Santa Marta – primeira a ser pacificada –, se sabia que o Governo do Estado pretendia expandir a política de ocupação permanente para outras favelas do Rio. Uma reportagem divulgada pelo jornal *O Globo* no dia 03/12/2008 já anunciava a extensão do projeto à Cidade de Deus. Mas ainda que o Estado tivesse divulgado tais intenções, as datas de ocupação não eram reveladas, de modo que essas eram sempre marcadas pelas reações dos traficantes.

Confrontos armados entre polícia e tráfico, assaltos e arrastões em túneis e vias de engarrafamento da cidade, incêndios de ônibus públicos que eram atribuídos ao tráfico pela mídia, e até mesmo a união das diversas facções criminosas da cidade chegaram a ser anunciadas, enfatizando a tentativa de desestabilizar a política. Com isso, a “fala do crime” proliferou, integrando um conjunto de estratégias de gestão populacional e de produção do medo, que, com o apoio da mídia, produziram a imagem de uma guerra no Rio de Janeiro, o que acabou por contribuir para a aceitação das políticas de invasão das comunidades e para justificar a violência policial empregada nas ocupações.

Tendo em vista a repercussão destes confrontos, a Secretaria de Segurança Pública optou por reformular a estratégia de ocupação e passou a alertar a comunidade para a data da invasão, visando minimizar o número de mortes e, conseqüentemente, facilitar o processo de aproximação entre polícia e comunidade. É o que o Entrevistado 1 (gestor)<sup>3</sup> chama de “guerra avisada”. Segundo ele: “... se você não avisa, entra e ocasiona a morte de inocentes nós vamos ser criticados. Se você avisa pode evitar a morte de inocentes. (...) vamos supor que uma UPP, numa entrada dessa, num combate da polícia com o bandido houve [a morte de] uma criança inocente. Quer dizer, até a UPP, o policial que vai lá depois, conseguir estabelecer um vínculo de confiança com a comunidade em cima de um trauma desse... é claro que isso vai ser revertido com o

tempo, mas dificulta muito mais a aproximação. Então, nós temos optado nas últimas ocupações de avisar a criminalidade pra ela abandonar efetivamente, porque nós estamos interessados no território dele” (Entrevistado 1, gestor).

Essa estratégia da guerra avisada nos traz uma indicação importante para pensarmos a UPP como uma política que se exerce dentro dos moldes de uma nova forma de governamentalidade contemporânea. A partir dela, podemos observar uma preocupação com a vida daqueles sujeitos considerados passíveis de inserção em circuitos de inclusão. Estes dispositivos são definidos por Rose (2000) como aqueles que operam afiliando sujeitos em uma variedade de práticas nas quais a modulação de condutas se realiza a céu aberto, em um controle constante e rizomático<sup>4</sup> que se faz dentro dos fluxos de que o sujeito participa. Tal preocupação nos permite concordar com Foucault (1999) quando aponta para um poder que, na contemporaneidade, se exerce com base na premissa “fazer viver e deixar morrer”, ou seja, levando-se em consideração a vida dos indivíduos, que passa a ser modulada por toda uma série de dispositivos que incluem os de saúde, educação, segurança, etc., e deixando a morte agir em sua naturalidade.

Foucault distingue, em sua obra, três principais formas de exercício do poder: a soberania, que operava através dos dispositivos da lei; a disciplina, atuando por meio de mecanismos de vigilância; e atualmente, a bipolaridade, que opera por meio dos dispositivos de segurança. De acordo com Foucault (1999), no exercício da soberania o atributo principal do soberano era o de decidir sobre o direito à vida e à morte. Vida e morte não eram consideradas fenômenos naturais, fora do campo do poder político. Ao contrário, ambos eram tidos como direitos que se exerciam por meio da vontade do soberano. Foucault explica ainda que “dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 1999: 286), de modo que seu poder incide sobre a vida na medida em que decide sobre a morte.

Com as transformações políticas trazidas pelo liberalismo e o capitalismo, esse direito político à vida e à morte irá se modificar. A emergência da naturalidade como instância de regulamentação e da liberdade como motor da economia de poder transformará esse direito em seu inverso. O exercício do poder agora consistirá em fazer viver e deixar morrer.

Essa transformação não ocorre de repente, mas gradualmente, acompanhando o desenvolvimento das técnicas de poder. Ao longo desta mudança, os dispositivos de

vigilância podem ser considerados, segundo Foucault (1999), como um estágio do meio, onde as técnicas de poder se exercem sobre o corpo individual, na separação, alinhamento e disposição em série desses corpos para a visibilidade e vigilância.

Com a complexificação das técnicas de vigilância, também as técnicas de poder se aperfeiçoam, buscando dirigir não mais o homem-corpo, mas o homem-vida. Assim, o que passa a ser levado em consideração é a vida dos homens enquanto espécie, e tudo aquilo que, do ponto de vista biológico, pode afetá-la (FOUCAULT, 1999).

É nesse sentido que Pelbart (2007) afirma que o poder tomou de assalto a vida. Ele encarrega-se da vida, busca intensificá-la e otimizá-la. Para tanto, afirma o autor, este poder se exerce também de maneira cada vez mais molecular, mais rizomática, de modo a atingir as diversas esferas da vida e da população.

Temos, portanto, um investimento do poder na vida, uma “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 1999), que Foucault irá chamar de biopolítica. É no âmbito da biopolítica, buscando assegurar e garantir esse biopoder, que os dispositivos de segurança irão atuar.

O outro termo da biopolítica – o fazer morrer – será exercido a partir de outra técnica de poder: o racismo. O que Foucault (1999) chama de racismo é tudo aquilo que provoca uma fragmentação da raça humana, desqualificando um grupo em relação ao outro – um conceito, portanto, não ligado apenas à questão negra.

Conforme aponta o autor, a partir do momento em que se estabelece o racismo, o poder atua no sentido de relacionar a morte de um determinado grupo ou raça, à vida de um outro, considerado superior. Assim, se trata de deixar morrer aqueles que passam a ser considerados como perigo para a manutenção da vida de alguns. É o que se dá, então, em relação aos criminosos que antes dominavam as favelas cariocas, como podemos ver na fala do Entrevistado 1: “Ele [o criminoso] vai ser preso daqui a pouco ou ele vai ser morto ou ele vai se converter ou ele vai pra outro Estado, não tem dúvida disso, o que a gente quer naquele momento é retomar aquele território e se pudermos fazer isso sem dano para a sociedade civil, tudo bem.” (Entrevistado 1, gestor).

O fato é que, com a guerra avisada, muitos traficantes deixaram as favelas antes do processo de ocupação, o que garantiu uma redução significativa dos confrontos armados, assim como das mortes decorrentes destes enfrentamentos. Com isso, a UPP ganhou mais aliados no processo de ocupação, mas novas críticas, que agora colocavam a questão ‘onde foram parar os traficantes já que estes estavam fugindo antes da chegada das UPP?’, que é formulada por um de nossos entrevistados: “Para o

governador, para as margens do Governo, é um troço muito bom [a guerra avisada]. Só que o que está começando a acontecer? Tá começando a repercutir na imprensa que “ah, tudo bem, entrou mas não pegou ninguém, onde foram parar esses bandidos?”. Aí você pode esconder 1,2,3,4,5 ocupações, mas vai chegar uma hora que, aonde foram parar esses bandidos? Então vai chegar um momento que a gente vai fazer invasões, por mais que o sujeito avise, que vai ter resistência. E os grandes complexos, Complexo do Alemão, principalmente, Rocinha, é capaz de ter esse desafio.” (Entrevistado 3, gestor)

Duas versões, então, circularam em relação à reformulação da estratégia de ocupação das comunidades – uma que tem a guerra avisada como um aspecto positivo da política, já que evita mortes de inocentes; e outra que aponta para a ineficiência desta forma de atuação, pois permite o deslocamento das zonas perigosas pela cidade.

É no âmbito deste embate que duas novas reconfigurações são incorporadas às estratégias das UPP's. A primeira delas foi a ocupação do Complexo do Alemão, em outubro de 2010, visando fortalecer e estabilizar a política em relação à controvérsia sobre a guerra avisada. Para esta operação, novas alianças também foram formadas, incluindo o Exército, a Marinha, a Polícia Federal, a Polícia Civil, enfim, organismos Federais, Estaduais e Municipais que mostravam a força e a articulação dos esforços para a pacificação.

Além disso, estabeleceu-se também uma conexão com um novo aliado para compor a política: o disque-denúncia. Este, segundo o Entrevistado 3 (gestor), teve um papel importante desde a primeira implantação de UPP, promovendo a realização de denúncias dos moradores das comunidades ocupadas a respeito da localização de traficantes. Mas foi com a adoção da estratégia da guerra avisada que a relevância deste dispositivo se tornou ainda maior. Segundo o Entrevistado 1, nas implantações das UPP's da Tijuca, as primeiras em que se adotou esse modelo, a atuação deste dispositivo ganhou destaque, uma vez que “no primeiro dia [de ocupação] o número de disque-denúncias para a polícia dizendo onde está arma, onde está droga, quer dizer, foi muito grande. Hoje, então, a própria comunidade hoje ela apóia muito, facilita muito o trabalho da polícia, ela interage adequadamente com a UPP.” (Entrevistado 1, gestor)

A partir da primeira ocupação na Tijuca, e especialmente quando o Complexo do Alemão foi ocupado, iniciou-se também a divulgação do serviço do disque-denúncia, com a convocação da população à delação dos traficantes a partir de folhetos informativos. Com isso, buscou-se produzir uma associação entre comunidade e Estado, que se atualiza a partir do exercício de um olhar vigilante dos moradores de favela sobre

si e sobre os outros. Para Bruno (2009) e Marx (2002), essa é uma das características de uma nova forma de vigilância que, transformada pelo novo modelo de governamentalidade, é também exercida de maneira espraiada e por um maior número de pessoas.

Bruno (2009) propõe a ideia de uma “vigilância distribuída” como um novo entendimento para o modo como as práticas de vigiar vêm se exercendo na contemporaneidade. Diferente da vigilância panóptica teorizada por Foucault e vigente no período disciplinar, esta tem como principal característica a descentralização do controle e a incorporação do mesmo em dispositivos diversos. Nas palavras da autora, trata-se de

*uma vigilância que tende a tornar-se incorporada em diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, mas que se exerce de modo descentralizado, não-hierárquico e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores: nas medidas de segurança e circulação de pessoas, informações e bens, nas estratégias de consumo e marketing, nas formas de comunicação, entretenimento e sociabilidade, na prestação de serviços, etc.”* (BRUNO, 2009: 156).

Com a descentralização da vigilância e a incorporação da mesma em dispositivos diversos, teremos por consequência uma multiplicidade de objetos da mesma, que não mais se exercerá sobre o indivíduo suspeito, mas sobre todo e qualquer indivíduo. É nesse sentido, então, que Bruno (2009) irá falar em uma vigilância para todos, em que a vigilância passa a ser considerada como um dever de cada um, mas é também despersonalizada, já que é responsabilidade de todos. O próprio Estado, segundo Rose (2000), investe e incita esta responsabilização por parte dos indivíduos, de modo a se tornar não mais o provedor da segurança, mas um facilitador na manutenção da mesma.

A participação e engajamento na produção da segurança da comunidade se tornam, por sua vez, condições para o empoderamento dos sujeitos sobre suas vidas e escolhas, mas também um exercício de cidadania ativo em relação à comunidade. Assim, o exercício da vigilância passa a estar associado ao exercício da cidadania (ROSE, 2000). Bruno também aponta para esse fato ao dizer que “os indivíduos são mobilizados a adotarem, como parte de seu espírito e prática de cidadãos, um olhar e uma atenção vigilantes sobre o outro, a cidade e o mundo” (BRUNO, 2009: 159).

Essa nova modalidade de vigilância parece se articular à segurança a partir da premissa de que “um ambiente seguro é um ambiente vigiado”. Assim, a vigilância é

tida como aquilo que possibilita a segurança, associação que é reforçada, no caso das UPP's, pela atuação do disque-denúncia nas ocupações. Mas também podemos nos arriscar a dizer que o que os dispositivos de segurança visam é produzir condições para o exercício da vigilância, isto é, produzir espaços nos quais o controle possa ser exercido à distância.

Uma das condições para que isso ocorra é o cadastramento dos indivíduos nos bancos de dados do governo, para que possam ser inseridos em séries de fluxos e estatísticas. No âmbito das UPP's, esse foi um trabalho para as UPP's Sociais, que passaram a operar junto com as UPP's a partir de outubro de 2010, com a função de articular o fornecimento de serviços básicos para a população das comunidades pacificadas, de modo a reverter os legados da violência e exclusão territorial. É o que aponta o fragmento a seguir, retirado do site oficial deste projeto:

*A UPP Social (...) conta com uma equipe de gestão que atua diretamente nos territórios pacificados, produzindo informações detalhadas sobre cada área de UPP, reconhecendo os que já atuavam no local antes da pacificação, fortalecendo as vias de diálogo entre moradores, lideranças e gestores públicos, mobilizando as instituições capazes de suprir as demandas de cada comunidade e apoiando a execução das ações previstas”<sup>5</sup>.*

A equipe da UPP Social inicia seus trabalhos nas comunidades juntamente com o efetivo policial da UPP, na reunião que marca a transição da segunda para a terceira fase de ocupação. Nessa reunião são levantadas as necessidades e prioridades da comunidade em questão e, a partir dessas demandas, a equipe irá intermediar a entrada de outras secretarias do Município e do Estado, além de empresas privadas, projetos sociais etc.

Nesse sentido, as primeiras providências tomadas pelas UPP's Sociais são em relação aos serviços básicos de água, luz, esgoto, gás, coleta de lixo etc. Em seguida, os esforços se voltam para a implantação de projetos sociais, de educação, qualificação profissional, saúde e turismo. O provimento desses serviços, somado às ações de segurança, possibilita que estes locais ganhem novos significados, de modo a não serem mais considerados como zonas de risco. É o que também aponta um dos entrevistados: “Pra mim o que mudou é que ela [a UPP] veio permitir com que as comunidades verdadeiramente ocupadas não sejam tratadas mais como área de risco. O Santa Marta hoje tem a Light trabalhando perfeitamente dentro da favela, tem médico de família que atende todo mundo em casa, tem turistas, tem turismo a todo vapor – recebemos hoje quase 4 mil turistas por mês aqui no Santa Marta –, temos Fundação de Assistência

técnica dentro do Santa Marta, temos um CETEP – Centro Tecnológico Profissionalizante aqui no Santa Marta –, temos o CBI, um projeto de educação, a informatização, todo mundo com acesso a informatização, temos telecursos levando complemento escolar para os moradores, temos a Secretaria de Obras realocando famílias que moram em situação de risco, famílias com casas caindo... Então essas pessoas estão tendo um pouco mais de dignidade, quando ganham um apartamento, quando ganham uma casa nova. Então já está havendo a transformação social”. (Entrevistado 7, morador)

A UPP Social redimensiona a política de pacificação, possibilitando sua caracterização mais como um dispositivo de segurança do que como um mecanismo disciplinar. Embora haja um policiamento vigilante – e, poderíamos também dizer, disciplinador –, com a introdução de políticas sociais a UPP estabelece um foco significativo na produção de condições de existência, ou seja, no ‘fazer viver’ tanto os moradores da favela, quanto a população em geral que circula pela cidade e deixa de ser atingida pela criminalidade.

Para tanto, os dispositivos diversos engajados neste projeto acabam se tornando também dispositivos de segurança por possibilitarem – através de cadastros de moradores, de ruas, de fornecimento de crédito – o controle à distância dos fluxos nesses locais.

No âmbito das UPP’s, acredita-se que é justamente esta integração de serviços, para a realização de ações sociais e urbanização, à política de ocupação policial que acabam por levar a paz às favelas. De fato, todos os serviços conferidos a partir da implantação das UPP’s produzem uma visibilidade de outro tipo para esses territórios. Antes unicamente associada ao tráfico, agora a favela pode ganhar novos sentidos. Assim sendo, ela aparece como uma estratégia importante de aproximação entre comunidade pacificada e polícia, e também como motivo para o agenciamento de diversos atores à política de pacificação.

Como podemos ver, estamos de novo às voltas com a questão do “fazer viver e deixar morrer”, que, diante das resistências oferecidas às UPP’s, parece ter sido o eixo que permitiu a reorganização da política e, assim, o seu fortalecimento no processo de estabilização. A questão que permanece é: esses deslocamentos que introduzem a dimensão do “fazer viver” na configuração das UPP’s garantem a paz nas favelas cariocas? O que é a paz?

### 3. Se tivesse paz, eles não andavam armados

A paz, conceito estampado na nomenclatura da UPP, aparece em nossa pesquisa como um conceito controverso. Objetivo último da política, as diferentes acepções produzidas permitem refletir sobre os paradoxos que a política presentifica, sobre o que estamos produzindo.

Mas antes de expormos essas controvérsias, é necessário atentarmos a algumas considerações de Foucault, que nos auxilia a compreender a noção de paz como algo dinâmico que se produz constantemente, seguindo as transformações nas relações de poder e nas tecnologias de controle e vigilância.

De acordo com este autor, a ideia de paz como conceito apartado da religião foi instituída com a criação dos dispositivos diplomático-militares, para traduzir a ausência de dominação de um Estado sobre o outro. Assim, se antes a paz esteve relacionada à salvação que poderia ser garantida pelo soberano, por ser este considerado um enviado divino, agora passa a ser entendida como uma arte política que visa o equilíbrio entre os diferentes Estados e possibilita o vínculo entre eles (FOUCAULT, 2008b).

A paz é compreendida, então, pela equação em que cada Estado deve ser internamente forte e garantir sua unidade territorial, mas sem que isso implique a dominação de outros Estados. No Brasil, essa preocupação pôde ser verificada, segundo Batista (2011), no estabelecimento da centralização territorial para o Império, que, assim como a atual política, foi denominada pacificação.

Para a garantia da paz nesse período disciplinar, a polícia aparece como aparelho que tem como função a manutenção da ordem interna do Estado, seu crescimento e o incremento de suas forças. A ocupação da polícia é identificada com a própria ocupação do Estado, e seu objeto de intervenção será o homem como sujeito, na medida em que ele age, e que esta ação interfere na boa qualidade do Estado. “É isso que é visado pela polícia, a atividade do homem, mas a atividade do homem na medida em que tem uma relação com o Estado” (FOUCAULT, 2008a: 432). Ocupando-se do sujeito em sua relação com o Estado, a polícia tem o poder de adotar qualquer instrumento necessário para que a atividade do homem se integre efetivamente ao Estado, se transforme em força produtiva e lhe seja útil.

Também é função da polícia assegurar o comércio nas cidades, tendo em vista que este é a principal força de um Estado e o que assegura seu crescimento e expansão. Assim, ela se ocupa também da circulação, tanto de mercadorias quanto de homens,

implicando o provimento de condições materiais e regulamentações para as mesmas (FOUCAULT, 2008a).

Como podemos ver, a polícia se caracteriza, nesse momento, por ser um golpe de Estado permanente, instrumentalizado por regulamentações, decretos, proibições e instruções. Ela não está mais subordinada às instituições jurídicas, mas ao próprio Estado, caracterizando o que Foucault (2008a) chamou de Estado de Polícia. Para Batista (2011), o Estado de Polícia deve ser compreendido a partir de sua diferenciação em relação ao Estado de Direito. Enquanto no último todos os indivíduos estão ou deveriam estar igualmente submetidos à lei, o Estado de Polícia contrapõe dois grupos: os que mandam e os que obedecem, os que representam o poder e os que são deixados de fora dele.

Entretanto, com o desenvolvimento do neoliberalismo, esse modelo disciplinar de polícia começa a ser questionado. As ideias de regulação espontânea do mercado e da população e a emergência dessas duas instâncias como naturalidades torna injustificável a imposição de regulamentações excessivas a esses processos. Nesse sentido, a governamentalidade passa a ter por princípio respeitar os processos considerados naturais e agir com eles; gerir esses processos para que não se desviem, ao invés de regulamentá-los. É aí que entram em cena os dispositivos de segurança, que terão como função garantir a ocorrência desses fenômenos e a minimização de desvios que se tornem significativos no nível da população (FOUCAULT, 2008a).

Também a noção de paz irá se adequar ao novo modelo de governamentalidade e à expansão cada vez maior do comércio. A garantia da paz não mais estará relacionada à limitação de força dos Estados em relação aos demais, mas justamente à não limitação do mercado externo; ou seja, à globalização do mercado. Segundo Foucault, “quando mais vasto o mercado externo, menos fronteiras e limites haverá, mais se terá nisso a garantia da paz perpétua” (FOUCAULT, 1999: 78)

Com base nessa concepção de paz, que se relaciona a uma organização internacional para o comércio, a garantia de liberdade aos indivíduos e da circulação se tornam fundamentais. Assegurar a liberdade implica também proteger a vida, que será o termo do poder com o qual o Estado irá se ocupar. Por outro lado, a morte – antes fonte do poder do soberano e venerada em grandes rituais – será progressivamente desqualificada, passará a ser justamente o outro termo do poder, o que está do lado de fora dele e que apenas lhe é útil na medida em que fornece estatísticas. É a biopolítica que se desenvolve.

A noção de perigo aparece, nessa conjuntura, como tradutora de tudo aquilo que aparece como desvio, e contra o que o Estado deve proteger a população por meio de ações de segurança. Essas ações irão mesclar controle e vigilância por meio de dispositivos diversos, provocando a descentralização do antigo objeto da polícia, que passa a ter como função principal aquela de caráter repressivo, que visa impedir que a desordem se produza nas cidades. (FOUCAULT, 2008b).

É no âmbito dessas duas tecnologias de poder que as controvérsias acerca do conceito de paz irão se desenvolver nas UPP's. A partir dos relatos dos atores, a ideia de pacificação desliza entre as noções disciplinar e contemporânea da paz. Por vezes a polícia é tida como principal agente da pacificação e, outras vezes, esse agente é considerado múltiplo ou até indefinível.

Os gestores e policiais entrevistados performam a noção de paz mais condizente com os pressupostos da biopolítica, associando o conceito de paz à redução dos níveis de violência e criminalidade, à produção de normalidade e circulação, e ainda à mudança na atuação dos policiais. O Entrevistado 1 (gestor) resume alguns desses aspectos ao colocar: “O que é a paz? Paz é você poder exercer suas atividades do dia-a-dia, dormir, executar o seu lazer, trabalhar num ambiente de normalidade. É a ausência de criminalidade, que vai desde a estrutura do serviço, você ter onde jogar o lixo, ter água à luz, ter saneamento, até poder efetivamente dormir. Como é que você dormia num local com as pessoas trocando tiro, o traficante entrando no seu barraco, a polícia entrando no seu barraco? (...) Uma coisa é você dormir num ambiente de tranquilidade se você tiver num estágio de sono. Outra coisa é você poder dormir sabendo que ninguém vai invadir sua casa de uma hora pra outra. Então, é basicamente trazer a paz, que é o direito que toda humanidade deve ter. Ter um ambiente de trabalho, de lazer, de convívio social. Um ambiente de normalidade.” (Entrevistado 1, gestor)

Nesta definição, vemos que a produção de normalidades parece ser o sinônimo de paz e, assim sendo, o objeto da pacificação. De tal modo, o que é visado pela política é fazer dos territórios ocupados “ambientes de normalidade”.

Ora, a própria noção de normalidade já aponta para uma perspectiva notadamente pautada nos pressupostos da biopolítica. De acordo com Foucault (2008a), a normalidade é instância de regulamentação própria da sociedade de segurança, uma vez que deixa de ter como fundamento a norma e a normatização visadas pelas estratégias disciplinares, e passa a ser definida a partir da própria realidade em produção, a se pautar no normal, no corriqueiro, no que é considerado “natural”. Nesse

sentido, a condição para o estabelecimento de “ambientes de normalidade” é a produção de circulação, a liberdade de ir e vir e de exercer as atividades do dia-a-dia, que passa a ser a primeira preocupação do Estado.

Um outro aspecto que merece ser ressaltado nessa concepção é a preocupação com a vida e a gestão dela no âmbito da população, notória na ideia de paz como a ausência de criminalidade, que, considerada como desvio, vai ser controlada por meio de ações articuladas de dispositivos diversos comprometidos com o “fazer viver”. Ações no âmbito da segurança são integradas, nesse sentido, às ambientais, da saúde, educação, turismo, dentre outras. Os resultados dessas ações serão, por sua vez, mensurados por meio das estatísticas, que, para os gestores e policiais, traduzem o alcance ou não da paz nos territórios ocupados. É o que observamos na fala seguinte: “E vimos que de uma forma geral, o que aconteceu, a criminalidade violenta cai muito e a micro-criminalidade, a notificação da micro-criminalidade, ela sobe; e a atividade policial também cresce muito. (...) Dona Marta, como é muito menor, as casuísticas são muito menores também, mas a lógica é a mesma, né? Homicídios de 3 pra 0, enquanto cadáver não houve, roubos noticiados de 5 pra 3, veículos 25 pra 14, carga 25 pra 0, transeunte de 55 pra 34, coletivo de 6 pra 3.” (Entrevistado 1, gestor)

Um ponto importante de ser ressaltado na fala acima é a questão do deslocamento da criminalidade violenta para o que o gestor nomeia microcriminalidade, que mostra mais uma vez o foco na produção de normalidades. O relato demonstra que ainda que as notificações sobre as microcriminalidades tenham aumentado – e isso pode ser efeito da ausência de retaliação do tráfico a despeito da comunicação de crimes –, esse tipo de ocorrência não apresenta resistência à pacificação, já que a microcriminalidade pode ser considerada como normalidade e, como tal, controlada por ações regulares, de modo que não ofereça constrangimento significativo à liberdade dos indivíduos.

Mas essa relação com a redução da violência e a produção de normalidades, características dos dispositivos de segurança, também deixa entrever algo que aponta para uma concepção mais condizente com a noção disciplinar da paz. É o fato de que esta paz que a política busca levar às comunidades está condicionada à presença permanente da polícia nas favelas, à produção de uma sensação de segurança decorrente dessa presença e ao poder desta instituição de coordenar a entrada dos demais serviços na comunidade.

Com isso, destaca-se o fato de que a segurança é tida como solução, direito fundamental ao qual todos os outros (educação, saúde, etc) estão subjugados. Batista (2011) atesta que este é um dos principais fatores que possibilitam a caracterização de um Estado de Polícia, inaugurado pelas UPP's nas favelas da capital carioca. A autora chama atenção para a “gestão policial da vida” praticada nesses territórios, onde, apesar de haver esforços no sentido de possibilitar o controle distribuído e a céu aberto, este controle é gerido pelas instituições policiais, que parecem estar acima das demais instituições numa escala hierárquica.

O estabelecimento de um Estado de Polícia parece ter se tornado justificável pela peculiaridade das favelas cariocas, que durante anos foram dominadas pelo tráfico e vivenciaram guerras entre policiais e traficantes. A presença permanente da polícia nas favelas, ainda que imposta e, inicialmente, dada por meio de guerras, passa a representar o fim desses confrontos e produz sensação de segurança, que é considerada como condição para a entrada de serviços.

Essa versão, em que a paz produzida pela UPP é percebida por seu viés disciplinar, e onde a vigilância e a intenção de disciplinarização dos pobres tornam-se evidentes, é presentificada pelos moradores do Santa Marta. Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, esses moradores relataram que, com a entrada da polícia, as festas passaram a ser autorizadas pela UPP, os bailes funks foram proibidos. Além disso, foram instaladas câmeras de vigilância na comunidade e muros com a finalidade de cercar o perímetro da mesma. Um dos moradores expôs que, ao invés de produzir circulação, como divulgam os gestores e policiais, “estão limitando na verdade até o nosso espaço de andar, né? Que antes você pegava o muro, você ia pegar uma jaca, você andava pra dentro da mata, hoje em dia você não pode mais fazer isso, ou seja, o direito de ir e vir tá sendo... tão tirando.” (Entrevistado 4, morador). É também nesse sentido que outro morador aponta para a incapacidade de a polícia trazer a paz, afirmando que esta apenas produz sensação de segurança: “Para mim ela [a UPP] não traz paz não. Para mim ela traz segurança, a sensação de segurança. Ali você reeducou, você reaprendeu o papel do Estado perante a sociedade e você está se sentindo seguro. Porque paz, não tem paz. Se tivesse paz eles não andavam armados. Então não é paz, é a sensação de segurança.” (Entrevistado 7, morador)

A paz implicaria, então, a ausência de um tratamento diferenciado dispensado aos favelados, evidenciado pela presença do armamento pesado e também pelo próprio fato de que, diferentemente do que ocorre nos bairros, há uma base permanente de

policciamento específico para esses territórios. Esse é um ponto muito importante, pois é onde incide a maior parte das críticas às UPP's. É que o esforço de um policiamento voltado exclusivamente para as favelas acaba por reforçar o preconceito relativo às suas populações, na medida em que atualiza a noção de “classes perigosas”, que devem ser vigiadas de perto, monitoradas, cercadas. Essa é uma reflexão feita também por Batista (2011), para quem o fato de as UPP's privilegiarem zonas de pobreza de localização estratégica no âmbito dos eventos desportivos mundiais para intervenções de cunho militar revela uma verticalização que serve ao interesse do Estado, ao invés de uma preocupação com a população favelada. “Com isso queremos frisar que as UPP's aprofundam as desigualdades e as segregações sócio-espaciais no Rio de Janeiro” (BATISTA, 2011: 2).

#### **4. O que estamos produzindo?**

Não há como negar que a UPP leva uma série de benefícios às populações atendidas por ela. É impossível não reconhecer que o fim dos confrontos entre policiais e traficantes e a inserção de políticas sociais proporcionam uma melhor qualidade de vida aos moradores das favelas. Na Santa Marta, nossos entrevistados chegaram a relatar que, após a implantação das UPP's, passaram a sofrer menos preconceito e a ser menos associados, indiscriminadamente, ao tráfico de drogas. Narram também o aumento da circulação de pessoas do bairro e de turistas na comunidade, indicando o início de uma aproximação entre favela e cidade. Um dos moradores também aponta para o fato de que, com a entrada dos serviços, os moradores de favela passam a participar da agenda econômica da cidade, a exercer cidadania e, com isso, podem reivindicar seus direitos.

Mas há que se ressaltar que essa ressignificação da favela também conduz a um revés significativo no desenho da paisagem urbana. É que, com as intervenções realizadas a propósito das UPP's e das demais instituições, a favela se torna um espaço enobrecido. A garantia de acesso aos serviços básicos faz com que o custo de vida nesses territórios aumente e acaba impelindo a saída forçada de alguns de seus moradores, que não conseguem mais se manter nestes espaços. Um de nossos entrevistados nos dá seu diagnóstico: “... em breve pobre não vai morar aqui. Porque aqui o custo de vida está cada vez aumentando mais. A gente vai chegar uma época aqui que a gente não vai poder pagar mais os impostos. (Entrevistado 5, morador)

Esse processo de enobrecimento ou *gentrification*, como é nomeado na língua inglesa, é, segundo Leite (2002), uma consequência de intervenções que buscam construir uma nova imagem para a cidade, e o fazem a partir da eleição de certos espaços considerados como centralidades, e da transformação desses em áreas de investimentos público e privado. A intervenção nesses espaços busca justamente reativar os fluxos de investimentos para a economia local, de modo a produzir a valorização e espetacularização do espaço urbano. Leite ressalta:

*(...) os bairros enobrecidos parecem perder sua potencialidade como espaço público de dissensão política e equidade de participação. Uma questão fundamental, entretanto, é saber em que medida essa “desapropriação de sujeitos” não corresponde também a uma reapropriação de outros sujeitos. Se por um lado as práticas de gentrification separam esses lugares dos que neles vivem – na medida em que parecem alienar o patrimônio dos seus usuários através das relações econômicas de consumo –, por outro, é possível que esse mesmo processo amplie as possibilidades interativas (conflitivas ou não) entre aqueles que neles interagem. (LEITE, 2002: 121).*

Duas possibilidades, então, estão postas quando um território é enobrecido: a desapropriação de sujeitos e a reapropriação de outros. Entretanto, esse processo de apropriação/desapropriação é sempre mediado pela noção de pacificação, que, algumas vezes, é atrelada à produção de circulação, mas que também é atravessada por um modelo de policiamento que remete a um Estado de Polícia.

Nesse sentido, é importante refletirmos também sobre as desigualdades que a permanência da polícia nas favelas produz em relação aos bairros da cidade e inclusive em relação às outras favelas, que não receberam as UPP's. O próprio objetivo de transformar as favelas em bairros fica comprometido pelas previsões e desejos de se manter as favelas ocupadas permanentemente e submetidas a um regime de segurança e vigilância algumas vezes mais próximo do modelo disciplinar de confinamento do que daquele biopolítico que preza a liberdade.

Ora, os circuitos de inclusão, como vimos a partir de Rose (2000), são caracterizados justamente pelo oposto desse modelo de vigilância, pelo exercício do controle à distância; e o que vemos se produzir é um controle panóptico e disciplinador.

Mas, além disso, há que se pensar também nos deslocamentos que vêm sendo produzidos pelas UPP's, seja de pessoas ou da própria criminalidade. Não sendo capaz de romper com as desigualdades que marcam a divisão que se produziu nas grandes cidades, a estratégia de ocupação de favelas acaba produzindo novos circuitos de

exclusão e desenhando novos arranjos urbanos onde as zonas de pobreza e criminalidade são cada vez mais afastadas da cidade.

### **Referências**

- ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: *Agência de Notícias das Favelas* (ANF), 2011. Disponível no domínio: <http://www.anf.org.br/2011/09/o-alemao-e-muito-mais-complexo/>. Acesso em 24/11/2011.
- BRUNO, Fernanda. Mapas de Crime. Vigilância Distribuída e participação na cibercultura. In: Amaral, M.T. (Org.). *As ideias no lugar: tecnologia, mística e alteridade na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso dado no Collège France (1975-1976). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège France (1978 – 1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Porto Alegre*, v. 18, n.2, págs. 327-347, 2011
- LAW, John. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. *Centre for Science Studies*, Lancaster University, Lancaster, 1992. Disponível em <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-notes-on-ant.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2010.
- LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana Brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares da Mangueira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, 2002.

MARX, Gary T. What's new about the new surveillance? *Surveillance and Society*, n. 1 [1], 2002.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. *Sala Preta*, n.7, págs.57-65, 2007.

ROSE, Nikolas. Government and Control. *British Journal of Criminology*, n. 40:2, págs. 321-339, 2000.

SOUZA, Maria Julieta Nunes; COMPANS, Rosa. Espaços Urbanos Seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais – Anpur*. V.10, n. 1, 2010.

ZALUAR, Alba. Crime, Medo e Política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Iara de Salvo Rocha - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/UFRJ. Bolsista (CNPq)  
E-mail: [iarasalvo@gmail.com](mailto:iarasalvo@gmail.com)

Rosa Pedro - Doutora em Comunicação e Cultura; Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRJ. E-mail: [rosapedro@globocom.com](mailto:rosapedro@globocom.com).

---

<sup>1</sup>O site UPP Repórter é alimentado pelo Departamento de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública, e pode ser acessado através do domínio: <http://upprj.com/wp/>, 13 de março de 2012.

<sup>2</sup> Uma exposição mais detalhada das controvérsias e embates empreendidos acerca da gênese da política pode ser encontrada na referência: PEDRO, R; *et al.* Cartografando redes de vigilância e segurança no Rio de Janeiro – primeiras anotações. In: PEDRO, R. & RHEINGANTZ, P.A (orgs). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: Controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos*. Rio de Janeiro: Proarq / FAU-UFRJ. [no prelo].

<sup>3</sup> Na pesquisa de dissertação de mestrado que deu origem a este artigo, foram entrevistados 9 pessoas, incluindo gestores da política, policiais da UPP Santa Marta e moradores da mesma comunidade. Por motivos éticos que visam não identificar esses entrevistados, eles são referidos da seguinte forma: Entrevistado 1 (gestor), Entrevistado 4 (morador), Entrevistado 8 (policial). O mesmo modelo é utilizado para todos os entrevistados.

<sup>4</sup> De acordo com Deleuze e Guattari (1997), um sistema rizoma pode ser definido por suas múltiplas ramificações, de modo que qualquer ponto pode ser conectado a outro. Diferente dos sistemas centralizados, nele se conectam diferentes cadeias de semióticas, relações de poder e ocorrências por modos de codificações também diversos.

<sup>5</sup> O site oficial do projeto UPP Repórter pode ser acessado pelo domínio <http://www.uppsocial.com.br/>.